



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 27 de maio de 2025 - Ata n.º 44.

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelos Sr.º Deputados **Alexandre Amaro** (na função de 1.º Secretário) e **Dr. Leônidas** (na função de 2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **44.ª Sessão Ordinária da 3.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta terça-feira. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Amaro – REP): Existe Expediente a ser lido. (Procedeu à leitura dos documentos protocolados que compuseram o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 355/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 247/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.420; **Ofício n.º 356/2025** do



Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 133/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.419; **Ofício n.º 357/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei Complementar n.º 4/2025, que foi convertido na Lei Complementar n.º 280; **Ofício n.º 358/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 672/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.421; **Ofício n.º 359/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 52/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.428; **Ofício n.º 360/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 566/2023, que foi convertido na Lei n.º 22.429; **Ofício n.º 361/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 96/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.425; **Ofício n.º 362/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 162/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.423; **Ofício n.º 363/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 697/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.422; **Ofício n.º 364/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 40/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.424; **Ofício n.º 365/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 42/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.427; **Ofício n.º 366/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 51/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.426; **Ofício n.º 369/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 182/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.431; **Ofício n.º 371/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 228/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.430; **Ofício n.º 372/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 289/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.432; **Ofício n.º 388/2025** do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, informando sobre a homologação de recomendações à Cohapar; **Ofício n.º 1019/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 1023/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado



Arilson Chiorato; **Ofício n.º 1045/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 1086/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 1087/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 1088/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Delegado Jacovós; **Ofício n.º 1089/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Mabel Canto; **Ofício n.º 1090/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Luis Corti; **Ofício n.º 1091/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Maria Victória; **Ofício n.º 1092/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 1093/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 1094/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 1095/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 1096/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Luiz Claudio Romaneli, apoiado pelo Parlamentar Moacyr Fadel; **Ofício n.º 1097/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Ana Julia; **Ofício n.º 1098/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Tito Barichello; **Ofício n.º 1099/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Luis Fernando Guerra; **Ofício n.º 1100/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Luís Fernando Guerra; **Ofício n.º 1101/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Tercilio Turini; **Ofício n.º 2853/2025** da Secretaria de Educação, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Despacho n.º 1875/2025** do Tribunal de Contas do Paraná, encaminhando resposta a requerimento da Bancada da Oposição; **Informação do Senado Federal**, encaminhando resposta ao requerimento do Deputado Tito Barichello; **Informação da Prefeitura Municipal de Nova**



Laranjeiras, encaminhando resposta ao requerimento de autoria do Deputado Tito Barichello.

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)

Mensagem n.º 43/2025 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar (autuado sob o n.º 6), que estabelece, para o ano de 2025, o reajuste da tabela de vencimento básico do quadro próprio do magistério e do quadro único de pessoal;

Mensagem n.º 44/2025 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 368/2025), que autoriza o Poder Executivo a receber direitos creditórios junto ao fundo de compensação de variações salariais, em valor reconhecido pela Caixa Econômica Federal; **Mensagem n.º 45/2025** do Governador do Estado, encaminhando Proposta de Emenda Constitucional (autuada sob o n.º 1/2025), que acrescenta o § 6.º ao art. 47 da Constituição do Estado do Paraná, a fim de possibilitar a realização de prova oral de caráter eliminatório para ingresso na carreira de delegado de Polícia Civil.

Era isso o que continha, Sr.^a Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Passamos agora ao Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito no horário do Pequeno Expediente: Deputado Anibelli Neto.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Senhora Presidente, Deputada Flávia Francischini, senhores membros da Mesa Executiva, Sr.^s e Sr.^{as} Parlamentares, funcionários da Casa e amigos que nos assistem pela *TV Assembleia*, subo à tribuna nesta terça-feira em cima de um assunto extremamente importante. Quero aqui abordar essa expectativa que foi criada a respeito dessa nova reforma política. Todos somos sabedores de que foi aprovada, na CCJ do Senado, a PEC



12/2022, que prevê, Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares, o fim da reeleição para o Executivo, mandato de 5 anos – incluindo os Senadores –, eleições unificadas a partir do ano de 2034 e também uma novidade: mandato dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, dentro dos 5 anos – o primeiro mandato de 3 anos e o segundo mandato de 2 anos. Quero aqui abordar em virtude da experiência que tivemos no ano de 2015, criando uma Comissão Especial de Reforma Política – nosso colega Deputado Marcio Pacheco foi o Relator daquela Comissão Especial. Naquele momento, foi o Requerimento n.º 351/2015, onde conversamos em oito Audiências Públicas, 28 instituições públicas e privadas, a respeito de diversos temas. E confesso que, de 2015 para 2025, muitas teorias a respeito da reforma política ficaram mais claras, outras o legislador entende que são superadas, mas temos, sim, pelo trabalho que fizemos há 10 anos, condições de trazer o que concluiu aquela Comissão Especial e também uma opinião a respeito de alguns assuntos dessa perspectiva dessa nova reforma política. Entendo que é extremamente salutar o fim da reeleição para o Executivo. Na maioria dos municípios, o Prefeito ganha uma eleição e, muitas vezes, só quer saber da reeleição, gastando recursos que poderiam ser feitos para políticas públicas, para criar Secretarias, direções e efetivamente poder se preparar para a reeleição. Quero aqui não generalizar, porque somos conhecedores de muitos Prefeitos que fazem questão de serem candidatos só por uma eleição. A questão que quero trazer, a principal, senhores e senhoras, para que pensemos conjuntamente... Porque, quando vamos ao interior, uma das conversas a respeito dessa reforma política... Entendemos que o mandato de 4 anos, principalmente os Prefeitos, Sr.^s e Sr.^{as} Parlamentares, perdem os seis meses antes da eleição deles e os seis meses antes da eleição de Governador. Portanto, dos 4 anos, ele perde um ano. E o que aquela Comissão Especial chegou à conclusão, Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares, é que o ideal seria um mandato de 6 anos, onde as eleições seriam intercaladas, ao invés de 2 em 2 anos, seriam intercaladas de 3 em 3 anos; e, dos 6 anos, o Prefeito teria condições de ter 5 anos para desenvolver o seu



trabalho, montar a sua equipe, criar as políticas públicas e efetivamente entregar para a população que lhe escolheu algo que possa valorizar o seu mandato. Porque entendemos que o eleitor não pode ficar muito tempo longe da urna, não pode muito tempo ficar sem participar de um processo democrático de uma eleição. Muitas vezes, aparece uma liderança a nível nacional e a população acredita que é o salvador, aquele que vai resolver todos os problemas, aí ele dá os encaminhamentos nos devidos estados – no caso das eleições unificadas, os municípios – e todos aqueles que estão junto com ele têm uma vitória e, muitas vezes, quando chega ao poder, ele não entrega aquilo que prometeu e a população fica extremamente decepcionada. Portanto, é extremamente salutar para a democracia, Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares, que a eleição seja intercalada e a sugestão daquela Comissão Especial... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): ... seria um mandato de 6 anos, com eleição intercalada a cada 3 anos. Também gostaria de abordar, antes de terminar o meu tempo, que existe um novo Código Eleitoral, o PL n.^o 112/2025, que agora, dia 28, amanhã, deverá ser apreciado pela CCJ do Senado, que traz avanços significativos para a legislação, aumenta as exigências para a criação de novos partidos, estende a Justiça Eleitoral para julgar ações sobre conflitos intrapartidários e também reserva 20% das vagas do Legislativo para as mulheres. São avanços que queremos que aconteçam, até porque respeitamos a diferença entre homens e mulheres, cada um com a sua visão, elas fazem um Parlamento mais forte. Por isso é um assunto palpitante, é um assunto que deve ser discutido e um assunto que, sem sombra... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.



DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Para concluir, então, agradeço a oportunidade e desejo uma forte semana a todos. Parabenizo a nossa Mesa Executiva pela brilhante ideia de fazer a Assembleia Itinerante em Curitiba... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhora Presidente, colegas Deputadas, Deputados e todos que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia*, vou deixar aqui uma explicação do que houve ou do que está acontecendo no município de Lidianópolis. Teve até um Deputado que mandou uma mensagem para mim hoje dizendo se eu tinha ofendido uma enfermeira do posto de saúde, que se chama Catuscia. Não ofendi ninguém. Quem está ofendendo os pais é ela, mal orientada, não sei se pelo Prefeito, pelo Aparecido Busato. Ela está falando o seguinte: os pais vão lá dar vacina nas crianças, se não der a da covid, ela não quer declarar lá *tomou tal, tal vacina, não tomou a da covid*, ela quer exigir que o pai dê a vacina da covid. Ninguém pode exigir de pai nenhum, *forçar a barra* ou coagir os pais a darem a vacina da covid. Não há lei que obrigue isso. Não há lei. E falei que, se ela insistisse, ia pedir para uma viatura da Polícia Militar ir lá, e o pai ir junto com ela na delegacia. Não é possível o que está acontecendo no Paraná. Além de estarem multando os pais, prejudicando as famílias... Tem uma senhora aqui no Paraná que levou uma multa de R\$ 350 mil. Tem cabimento multar uma mãe que tem cinco filhos porque não deu a porcaria dessa injeção? Cara, isso não tem cabimento! Então, Prefeito Aparecido Busato, se o senhor tiver algum problema, fale comigo, ligue para mim. Eu vou lhe explicar e vou mostrar a lei, para que o senhor entenda o que está na lei, que muita gente não entendeu ainda. Tem uma Promotora de Santa Catarina, no município de Ascurra, que entendeu já e arquivou os processos contra o pai – a investigação –, porque não



há obrigatoriedade da vacina da covid. Isso é fato. Um Juiz aqui do TJ, outro dia, deu causa ganha aos pais também. Isso já vai ter jurisprudência em breve, porque o Juiz falou: *Não é obrigatório*. A injeção da covid é um experimento, não passou por todas as fases. Há muita controvérsia entre os médicos ainda. Se há dúvida entre os médicos, imaginem para os pais que estão vendo as matérias aí. Ontem, no Senado Americano, o Dr. Peter McCullough foi lá falar e explicou e apresentou os estudos robustos dizendo que essa vacina está causando problemas de miocardite e pericardite. Agora o FDA proibiu a vacinação em crianças e jovens saudáveis. Agora, lá nos Estados Unidos, a vacina vai ser para idosos e para quem tem problema de saúde. Apenas. O mundo já entendeu isso. O único país no mundo que está obrigando essa injeção da covid em crianças de seis meses a cinco anos é o Brasil. Por que será? O mundo errado, o Brasil certo? Não, porque aqui sabemos quem está como Presidente. Não podia melhorar nunca o nosso País. Tudo de ruim acontece no Brasil, tudo neste Governo. O feminicídio aumenta, a criminalidade aumenta, os impostos aumentam, as falências e pedidos de recuperação judicial aumentaram, a população... 75 milhões de brasileiros estão endividados neste desgoverno Lula, a economia quebrada. E ainda com um ditador no STF, Alexandre de Moraes, que agora que foi acionado pela AGU quer intimar o Deputado Eduardo Bolsonaro, que está licenciado, morando em Washington, fazendo o trabalho de um brasileiro, mostrando o que acontece no Brasil. Da mesma forma que o PT fazia contra o Bolsonaro, contra o Temer. Eles iam lá falar mal do Brasil, e aí podia. Agora é crime, é uma afronta ao Estado Democrático de Direito, é um ataque à democracia. Não se pode falar da Suprema Corte do Brasil. Onde está na Lei isso? Cada brasileiro tem a opinião que quiser. Por enquanto, temos liberdade de pensamento, liberdade de expressão. Agora querem intimar o pai, o Ex-Presidente Bolsonaro, a depor... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.



DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Vou entrar no horário do PL.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Ok.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Agora querem intimar o Presidente Bolsonaro para explicar por que ele está mandando dinheiro para o filho. É o *fim da picada*, meu Deus do céu! Diante de um roubo de R\$ 90 bilhões no INSS e a Suprema Corte calada, eles estão preocupados que o Bolsonaro está mandando dinheiro para o filho dele. Ora, isso aí não tem o mínimo cabimento. É vergonhosa a atitude dessa Suprema Corte. A AGU ou o Gonet, da PGR, Alexandre de Moraes, o que vocês estão fazendo, meu Deus do céu? O Brasil está virando uma piada perante o mundo. O Eduardo Bolsonaro é um herói do Brasil, ele está lá mostrando a verdade. Os acordos internacionais que o Brasil tem não estão cumprindo, principalmente dos direitos humanos. Agora, falar a verdade, quando expõe a Suprema Corte, é crime. Onde está isso na Constituição? Quem faz as leis neste Brasil? É o Legislativo ou é o Judiciário? É o Legislativo. Agora querem censurar as mídias digitais com uma canetada do Ministro Toffoli, aquele mesmo que anulou todas as provas da Lava Jato. Todos que foram presos, réus confessos, que devolveram bilhões dizendo *eu roubei e devolvi*, eles vão receber o dinheiro de volta do Governo. O dinheiro roubado, devido à canetada do Toffoli de anular todas as provas, os bandidos vão receber o dinheiro roubado do povo brasileiro, e aí não querem que falemos mal. Não é falar mal, é falar a verdade, meu Deus do céu! Que Brasil é este? É o Brasil que eu dizia aqui que, se esse Lula ganhasse, eles iam tomar conta do Brasil implantando uma ditadura, destruindo o Brasil, como estão destruindo. Triplicou o pedido de falência, a recuperação judicial, metade da população endividada e ainda tem petista que fala: *não, o Brasil está indo muito bem, o Brasil voltou a crescer*. Crescer igual rabo de cavalo, para baixo! O Brasil está desmoralizado perante o mundo. E pode espernear, porque as sanções americanas virão para o



nosso Brasil. Não para o Brasil, virão primeiramente para quem merece recebê-las – todo mundo sabe quem vai. Estão apavorados? Por quê? Não são os ditadores, os reis, os que mandam em tudo? Mandam até a segunda linha, depois vão parar de mandar. Então, minha gente, é isso que acontece no Brasil. O Brasil virou uma bagunça. A divisão dos Poderes não tem mais. Hoje tem um Poder: Judiciário junto com Lula e junto com o crime organizado. Eles comandam o nosso Brasil. Não sei até quando! Vamos aguardar. Quem sabe mais 10, 20 dias teremos alguma boa notícia no nosso Brasil. Obrigado.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – UNIÃO): Próximo orador: Deputado Luiz Claudio Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhora Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, não vou nem comentar a fala do Deputado Arruda sobre a questão das decisões que são tomadas no âmbito da Procuradoria-Geral da República, que iniciou uma investigação sobre, claro, a soberania do nosso País, a soberania nacional. Não vou entrar nesse mérito que, a mim me parece, não é o propósito disso, mas não posso deixar, Deputado Arruda, com o devido respeito e pela relação que temos... Hoje pela manhã lhe indaguei, porque não acreditei que fosse verdade que V.Ex.^a tivesse interpelado uma enfermeira de uma Unidade Básica de Saúde, que estava no pleno exercício das suas funções, cumprindo o que as resoluções das autoridades sanitárias determinam, que é efetivamente aplicar vacinas nas nossas crianças. Acho que todos devem estar acompanhando os números graves que estamos tendo – ontem ainda falei sobre isso – da gripe, da *influenza A*, Deputado Tercilio Turini. Na faixa etária das crianças de até 12 anos, apenas 27% das crianças foram vacinadas, da *influenza A* e daquele outro vírus tão preocupante, o VSR, que causa a bronquiolite. Talvez o senhor não saiba, Deputado Arruda, mas os hospitais estão tendo que abrir unidades de terapia intensiva extras exclusivamente para atender crianças até 12



anos, crianças que não foram vacinadas e que estão morrendo – foram 11 crianças já morreram por conta da falta de vacina. Não vou nem entrar no mérito da questão da vacina da covid, que também até o Dr. Tercilio acabou de me dizer ali. Por que a obrigatoriedade? Porque aumentou a mortalidade das crianças de zero a cinco anos, por isso que se tornou obrigatória. Quem disse foi o Dr. Tercilio, que é médico, especialista em terapia intensiva, enfim, uma longa folha de serviços prestados à saúde. Eu me guio pelo que fala ele, que falam os especialistas. Cada um, obviamente, tem as crenças que tem. Agora, indiscutivelmente, o seguinte: campanha antivacinação está causando um dano gravíssimo à população paranaense e brasileira. Trinta e seis por cento apenas das pessoas que estão elegíveis para tomar a vacina da *influenza* – da gripe A – mais a VSR tomaram. Tem mais de 2 milhões e 600 mil pessoas que precisam tomar a vacina e que, efetivamente, vai superlotar as nossas unidades hospitalares, levando a um colapso. E por que estamos tendo um colapso com a questão da gripe A, Deputado Doutor Leônidas? Pela falta de vacinação. O problema é que as pessoas, na verdade, fazem a campanha antivacinação e o resultado é que se pega todas as vacinas, as pessoas ficam com medo de qualquer vacina. Ou seja, é uma involução no processo civilizatório o que estamos vivendo. Então, entendo que esta Casa aqui tem que fazer novamente, Sr.^a Presidente, Deputada Flávia Francischini, como fizemos no passado. Fizemos campanhas publicitárias incentivando a vacinação contra a covid, com o uso da máscara. Esta Assembleia aqui foi uma Assembleia que foi pioneira nas campanhas educativas para salvar vidas e temos que retomar esse protagonismo. Não podemos fazer que daqui saiam, na verdade, as falas contra a ignorância, contra a ciência, contra o processo civilizatório, porque as crianças estão morrendo por falta de vacina e não é da vacina da covid que estou falando, estou falando da vacina da gripe A, da vacina da *influenza*, da vacina da VSR. Não é possível isso. Não podemos ter esse nível de comprometimento contra uma política pública que é de Estado e que é dos cientistas, dos médicos, dos



profissionais da saúde. As resoluções, as decisões da área da saúde não são, Deputado Arruda, decisões do Secretário Beto Preto. São decisões, todas elas, colegiadas. Nenhuma decisão é tomada sem que haja o Comitê Científico decidindo o que vai ser feito e como vai ser feito, então... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Faço um apelo, para que se diminua a campanha contra as vacinas, especialmente, que se recomende, Deputado Arruda, use o seu lado da tribuna aqui e venha aqui recomendar a vacinação. Se o senhor não quer recomendar para a vacina da covid, mas faça a recomendação para que as pessoas tomem a vacina contra a gripe A, que as pessoas que são elegíveis, os mais de 60 – os mais de 50, acho que estão elegíveis – e também as crianças, porque estão morrendo, meu Deus do céu, de síndrome respiratória grave aguda. Não podemos pactuar com isso. Esta Casa não pode ter esse perfil, essa responsabilidade. É esse apelo que faço aqui.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar a Ex.^{ma} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cumprimento o Líder do Governo, o Líder da Oposição, caros colegas Deputados Estaduais. Cumprimento você que me assiste através da *TV Assembleia*. Utilizo a palavra hoje para parabenizar nossos valorosos Policiais Militares da 2.^a Companhia do 20.^º Batalhão, Soldado Gerson, Soldado Bruna, que aqui se encontra; Policiais do serviço reservado também do 20.^º Batalhão, Soldado Willians, Soldado Cleber e Soldado Diego que, com muita competência, Sr. Líder Governo, prenderam um pedófilo criminoso que cooptou uma jovem de 13 anos de idade de um outro



estado da Federação. Com muita rapidez, com muita celeridade – e polícia, para funcionar, tem que ser célere e tem que ser rápida – e com muita competência conseguiram prender esse criminoso e conseguiram salvar essa jovem, essa menina, adolescente de 13 anos de idade, que veio de Osasco para cá. Meus parabéns a V.Ex.^{as} que honram a farda que vestem. E ofereço este Certificado de Honra ao Mérito, que é simples, mas que representa a vontade da população paranaense, porque nós, Deputados Estaduais, fomos eleitos pela sociedade por mais de 11 milhões de paranaenses e representamos, então, o Paraná como um todo. Fica a homenagem a esses valorosos soldados e vou oficiar para que conste no histórico este trabalho e esta homenagem nesta Casa Legislativa. No tempo que me sobra, utilizo a palavra aqui para parabenizar também o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro – que, inclusive, Deputado Arruda, esteve em uma audiência pública realizada por V.Ex.^a, de que participei de forma remota –, que está nos Estados Unidos licenciado, lutando pelos interesses da sociedade. Está sendo agora investigado, por ordem do Ministro Alexandre de Moraes, por um teórico crime de coação no exercício do processo, a coação processual. Senhores, *data maxima venia*, alguém que é um representante legislativo, que está em outro país lutando para que a democracia seja materializada no Brasil não está cometendo crime algum; pelo contrário, ele não utiliza de violência, ele não utiliza de grave ameaça, que são dois requisitos para coação no curso do processo. Não tem violência, não tem grave ameaça, está apenas expondo fatos que acontecem no Brasil. Se esses fatos que Eduardo Bolsonaro expõe não tiverem nenhuma ação negativa, nada acontecerá com aqueles que assim estão agindo. Agora, os Estados Unidos da América, que são uma democracia consolidada se verificarem, com base nas denúncias de Eduardo Bolsonaro, que ilícitos foram praticados, haverá uma consequência. Então, não existe coação no curso do processo. Não existe violência, não existe grave ameaça. Essa investigação precisa ser afastada, porque demonstra o quê? A coação àquele que está levando dados à justiça americana. E, simplesmente, senhores, mostrar fatos não significa que haja, por



isso, uma consequência penal. Então, meus parabéns ao Deputado Eduardo Bolsonaro. O Brasil precisa, e muito, da sua energia, da sua força para que possamos, sem dúvida alguma, restabelecer, Sr.^a Presidente, a democracia em nosso País. São homens valorosos, como Eduardo Bolsonaro, que fazem a diferença em nosso País hoje e que precisam ser honrados. Honra àqueles que merecem honra. Deputado Eduardo Bolsonaro, contem com o meu apoio aqui da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Muito obrigado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente, só para anunciar aqui a presença do Chicão, Secretário do Trabalho de Santa Cecília do Pavão; o Prefeito, Claudio Covre; e o Clesio, Vereador de Assaí.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – UNIÃO): Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis. Anunciamos também a presença dos Vereadores de Ivaté, os Sr.^s Rubinho e Professor Betinho, e da Vereadora de Douradina, Sr.^a Solange, a pedido do Deputado Gugu Bueno. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis. Passamos agora ao Horário das Lideranças. Primeiro orador inscrito: Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, quero cumprimentá-los, ao tempo que cumprimento todos e todas que estão nos honrando com suas presenças aqui na Assembleia. Um cumprimento especial à direção da APP, na pessoa da Professora Walkiria Mazeto, que, junto com a Direção, acompanha a Sessão desta terça-feira. Quero cumprimentar também quem está acompanhando a Sessão à distância, seja pela TV, seja por outras redes sociais da Assembleia Legislativa. Novamente, subo à tribuna para falar da importância de o Governo do Estado do Paraná pagar a inflação no salário dos servidores do Poder Executivo. O Governador Ratinho Junior não pagou a inflação para vários servidores, para algumas categorias, como muito bem disse aqui, ontem, o Secretário da Fazenda. Alterou a carreira, alterou a tabela salarial e



alguns servidores então – algumas categorias –, tiveram ganho de até 70%. Mas isso não aconteceu com todos os servidores do Poder Executivo. Temos servidores que não tiveram nem um por cento; ao contrário, quando se fez a Reforma da Previdência, teve uma redução de salário, porque aumentou o desconto da Previdência e incluiu os aposentados, que eram isentos. Aí aposentados do serviço público do Paraná, do Executivo, que não se aposentaram com paridade não estão incluídos em nenhuma reformulação de carreira. Inclusive o Projeto que foi anunciado ontem e lido hoje, que é a Mensagem n.º 43, que apresenta aqui R\$ 500,00 para cada professor da rede estadual... Inclusive esse Projeto só trata de quem está aposentado com paridade, quem é aposentado e não foi aposentado com paridade não terá nenhum centavo. Isso se repete em todo o mandato, no primeiro mandato do Governador Ratinho Junior, e neste segundo mandato também. Quando não tem paridade, é o caso do Regime Geral do INSS; quem é aposentado pelo INSS, por exemplo, lá não tem paridade, mas todo ano, no mês de janeiro, repõe a inflação do ano aos aposentados e pensionistas. O Estado já deveria ter aprovado uma lei – como tem uma lei federal – para garantir... Quem se aposenta ou é pensionista sem paridade precisa ter uma lei. Quando não tem a lei, se aplica por analogia o que se aplica no INSS. Se se aplicasse todo ano, corrigindo a inflação no mês de janeiro a quem não tem paridade, não teria perda salarial, não teria perda para a inflação. Mas o Estado não faz isto, não fez a lei e não aplica por analogia como os outros estados aplicam. Aqui no Paraná, antes do Governador Ratinho Junior, os demais Governadores, que também não fizeram a lei, aplicavam o mesmo reajuste dado a todos os aposentados e pensionistas. O mesmo reajuste conferido a quem estava na ativa. Então o Governador está deixando de fazer. É obrigação dele, não fez. E há o empobrecimento de boa parte dos servidores, mas, em especial, empobrecimento maior dos que estão aposentados sem paridade. Isso contraria a lei e é um desrespeito com quem trabalhou por muitos e muitos anos levando políticas públicas à população do Estado do Paraná. E aqui nesse Projeto também



apresentado pelo Governador, ele apresenta R\$ 500,00 para uma jornada de 40 horas, entretanto, no art. 5.º, ele revoga o percentual interclasses, reduz o percentual entre um nível e outro, que hoje é de 5% para você sair de um nível para o outro – reduz para 4,5% –, mas extingue a diferença entre uma classe e outra. Cada nível tem 11 classes, de uma classe para outra tem um percentual, que está na Lei. Ele revoga exatamente isto: deixa sem nenhum percentual, acaba com a diferença de uma classe para outra. Mata a carreira. Quando falei ontem que o Governador não pode, não pode, não deve, não pode doar um cavalo de troia à educação básica, é isto. Não basta aplicar no salário de cada professor R\$ 500,00 a mais e destruir a carreira. Então, já conversamos aqui com o Deputado Hussein Bakri, inclusive a direção da APP aqui presente conversou com o Deputado Hussein Bakri, nós também conversamos, ele é o Líder do Governo, preside aqui a Comissão de Educação. Nós, ontem, dialogamos aqui da tribuna com o Secretário da Fazenda, Secretário Ortigara, que esteve aqui na audiência que prestou contas do primeiro quadrimestre, pedimos socorro para que possamos alterar o Projeto. Os R\$ 500,00 devem ser aplicados no início da tabela repercutindo em toda a tabela, com o percentual igual para todos os professores e professoras da rede estadual, incluindo aposentados, pensionistas, inclusive aqueles e aquelas que se aposentaram sem a paridade. Quero aqui, mais uma vez, solicitar ao Governo que acolha as demandas trazidas pela APP-Sindicato para alterar esse Projeto para que possamos ter, então, a correção do piso do magistério, porque é uma dívida que o Estado tem – desde o ano passado não pagou o piso, este ano não está pagando. Então, o pagamento do piso tem que ser feito a quem está no início da tabela, repercutindo em toda a tabela, alcançando aposentados e pensionistas. Fica aqui, mais uma vez, a nossa solicitação para que possamos avançar. E mais uma vez quero, aqui, solicitar também ao Governo, que atenda a outras demandas trazidas aqui pela APP como a alteração da carreira dos agentes educacionais I e II; injustiçados, recebem o menor salário e fazem um trabalho extraordinário e precisa de justiça a esses



funcionários e funcionárias da educação. E aí, mais uma vez, falando da importância, da necessidade de repor o salário de todos os servidores e servidoras na data base. A data base foi 1.º de maio e estamos terminando o mês de maio e esse Projeto precisa chegar aqui o quanto antes. Muito obrigado.

SR.ª PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próxima oradora: Deputada Mabel Canto. Anunciamos também a presença aqui dos Vereadores de Pato Branco, Sr. Diogo Grando e Alexandre Zolche, a pedido do Deputado Guerra. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): *Pela ordem*, Deputado Marcelo Rangel.

SR.ª PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): *Pela ordem*.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Só para registrar a presença da ACIPG Jovem, aqui, na Assembleia Legislativa, eles estão divulgando a Semana de Conscientização da Carga Tributária. Então, sejam bem-vindos à nossa Casa de Leis do Paraná.

DEPUTADA MABEL CANTO (PP): Boa tarde, Deputadas, Deputados, todos que nos assistem. Hoje subo a esta tribuna para falar sobre o lançamento de um projeto muito importante, que tem impacto nas mulheres, nas vítimas de violência doméstica e familiar, que foi lançado hoje pelo Governo do Estado, pela Secretaria de Segurança. Um projeto pioneiro, importante e que já foi várias vezes debatido, dentro desta Casa, pelas Deputadas e Deputados. Um projeto que lança e aumenta o monitoramento dos acusados de violência doméstica e familiar através da tornozeleira eletrônica. Esse que foi, Deputada Luciana, inclusive, um pedido meu, seu, das Deputadas Cristina Silvestri, Cantora Mara Lima, Maria Victoria, ainda na legislatura passada. Também teve outros Deputados que apresentaram projetos nesse sentido aqui na Casa. Então, há muitos e muitos anos, Deputada



Cristina, falávamos sobre a importância desse monitoramento dos agressores, que, dessa forma, efetivamente, vamos ter um controle maior das medidas protetivas de urgência, a efetividade da proteção das vítimas de violência doméstica e familiar. Então, será um projeto piloto de monitoração eletrônica simultânea, no âmbito do Programa *Mulher Segura*. É o monitoramento em tempo real, com a localização da vítima e também do agressor. O lançamento foi hoje na Sesp, a Bancada Feminina se fez representada pela Deputada Cloara e pela Deputada Marli Paulino. Posteriormente, depois, estive com o Secretário tratando de uma outra demanda e pudemos também conversar sobre o lançamento do Programa. Um investimento de quase R\$ 5 milhões do Governo do Estado, que iniciará aqui na Capital do Estado, na Cidade de Curitiba, em Foz do Iguaçu...

Deputada Cristina Silvestri (PP): Um aparte, Deputada?

DEPUTADA MABEL CANTO (PP): ... nos primeiros seis meses e, posteriormente, se estenderá a outras cidades do nosso Estado. Deputada Cristina.

Deputada Cristina Silvestri (PP): Vale lembrar, Deputada, que esse Projeto, esse Programa de hoje é uma complementação do *Botão do Pânico*, que é uma lei de minha autoria de 2016, e que para ficar realmente eficaz precisaria da tornozeleira no agressor, que hoje está sendo contemplado através dessa lei e desse Programa do Governo. Então, parabéns ao Governo e a todas nós que lutamos por isso, não é?

DEPUTADA MABEL CANTO (PP): Com certeza, Deputada Cristina. Como a Deputada Cristina citou, uma lei dela, a Lei do Botão do Pânico, que também foi uma medida inovadora no Estado do Paraná. Que bom ver a presença, a importância e a relevância da mulher no Parlamento, nas posições de decisão. Porque é com a mulher, com a sua sensibilidade, vendo aquilo que acontece com



outras mulheres, passando por aquilo que outras mulheres..., sentindo aquilo que outras mulheres passam, é que estamos efetivando, enfim, medidas em prol das mulheres no Estado do Paraná e, em especial, no combate à violência doméstica e familiar. É importante dizer que esse novo sistema, que vai monitorar tanto a vítima quanto o agressor, vai ter um celular para as vítimas, a tornozeleira para os respectivos agressores. As entregas serão condicionadas à decisão do Poder Judiciário, então, será o Poder Judiciário que decidirá quais vítimas e quais agressores terão esse monitoramento. Também quero cumprimentar o Secretário Hudson e toda a equipe da Sesp por essa medida, mas quero ressaltar esse trabalho, que foi feito ao longo desses anos aqui nesta Casa. Essas ideias que foram levadas inúmeras vezes à Secretaria de Segurança e a outros órgãos do Governo do Estado e que fazem, estão fazendo e farão a diferença, para salvar, efetivamente, a vida de mulheres, de crianças que são vítimas de violência doméstica e familiar no Estado do Paraná. Então, Deputado Hussein, quero cumprimentar o Governo, como Líder da Bancada. Esse Projeto tem o apoio total da Bancada Feminina, contem conosco para continuar aprimorando ações que visem resguardar as mulheres, a vida das mulheres no Estado do Paraná.

Deputada Márcia Huçulak (PSD): Deputada Mabel, permite-me um aparte?

DEPUTADA MABEL CANTO (PP): Com certeza.

Deputada Márcia Huçulak (PSD): Quero cumprimentar a nossa Líder da Bancada Feminina e dizer da nossa alegria. Infelizmente, ficamos sabendo muito em cima da hora. Gostaríamos todas nós de estar presentes nesse anúncio que o Cel. Hudson e toda a equipe da Secretaria de Segurança Pública fez, de uma ação que vimos pedindo há mais de dois anos, desde que estou nessa Casa. Sei que a senhora e outras Deputadas que estavam antes já vinham nessa grande luta pela proteção das nossas mulheres. Mas não posso deixar de cumprimentar o nosso Cel. Hudson, que é o nosso Secretário de Segurança Pública, o nosso



Governador Ratinho Junior, por essa decisão e por esse avanço que temos na segurança, especialmente, das nossas mulheres. Com certeza, mulheres que sofrem violência terão uma condição melhor do que têm atualmente com o Botão de Pânico, de proteção e de medidas de proteção da vida, que com certeza vão evitar muitas mortes por feminicídio. Então, cumprimentar a Bancada Feminina por essa união em prol das mulheres e da segurança das mulheres do nosso Estado do Paraná.

DEPUTADA MABEL CANTO (PP): Obrigada, Deputada Marcia. União é o que temos aqui na Bancada Feminina, em prol dos projetos, das ações das mulheres paranaenses. Às vezes, a Bancada diverge sobre outros assuntos, mas estamos unidas e compenetradas em fazer o melhor. Essa união através da Bancada, da Procuradoria da Mulher, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, que são órgãos importantes desta Casa, que vêm justamente para destacar essa união e essa importância que temos que ter nos assuntos em prol das mulheres do Estado do Paraná.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Passamos agora ao Horário da Liderança do Governo, Deputado Hussein.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Senhora Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Pois não.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Só para constar que teremos uma Audiência Pública amanhã, nesta Casa Legislativa, juntamente com a Fiep – Federação das Indústrias do Paraná, sobre a aplicação das sanções administrativas para o comércio ilícito de materiais. Será às 14h30. Aguardo a presença de todos os Deputados. Obrigado.



SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Registrado, Deputado. Próximo orador: Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhora Presidente, Mesa, colegas Deputados e Deputadas. Fui Prefeito de União da Vitória de 2001 a 2009, aliás, tenho o título de único Prefeito reeleito daquela cidade, o que me orgulha muito. Quando assumi o cargo, queria fazer tudo ao mesmo tempo. Tudo! Imaginei que as coisas eram mais fáceis do que pude constatar quando exercei o cargo. Um dos temas que mais me encantava era a possibilidade de atender todo o funcionalismo. Eu queria atender tudo de uma vez. Tive o privilégio de implantar o Plano de Cargos, Carreira e Salários do Magistério, que me deu um reconhecimento fantástico. Graças a Deus até hoje lembro a minha administração em União da Vitória, por conta do ótimo relacionamento, da conversa. Sempre entendo que quem conversa erra menos e procuro adotar aqui esse sistema. Quem conversa erra menos. É o que quero fazer, agora, a partir da edição desse Projeto que chega aqui, que trata do funcionalismo, que trata especificamente do magistério. Vou fazer isso, vou fazer o meu papel, vou trabalhar, por mais que eu entenda que o Governo está fazendo um grande esforço aqui. O Governo tem várias frentes. Vejo aqui o pessoal da Polícia Penal. Dentro de alguns dias estará retornando o Projeto para cá, na semana que vem ou na outra, com os ajustes necessários. Quando converso com policiais militares, tivemos grandes ajustes. Quando se conversa com a Saúde, quando se conversa com a Polícia Civil e com todos os setores, o Governo fez uma reestruturação profunda nas carreiras. Aqui, de fato, Sr.^a Presidente da APP, demais membros, Deputados, vamos tentar construir alguma coisa que possa melhorar ainda mais esse Projeto. Vai ser a nossa luta. Esse Projeto, só para vocês terem uma ideia, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados que aqui estão, Deputado Arilson – que respeito muito, líder da Oposição –, o Lemos, todos os colegas da Oposição. Esse Projeto, como está hoje, vai ter uma despesa, um aumento de investimento de R\$ 456 milhões por ano – R\$ 456



milhões por ano como ele está, aqui, o Projeto. Isso, fora os demais projetos que o Estado tem gestado para mandar para cá. Então, não é fácil, eu quero justificar para vocês que não é muito fácil. O Deputado pediu um aparte?

Deputado Evandro Araújo (PSD): Sim. Deputado Hussein, eu sou testemunha da sua capacidade de diálogo, eu gosto de ser liderado por V.Ex.^a, do jeito que V.Ex.^a é, aberto, às vezes brinca um pouco para quebrar o gelo, sai de situações difíceis com uma grande habilidade, V.Ex.^a só cresceu, isso que a Casa reconhece. E penso que esse pleito do art. 5º é um pleito importante, que V.Ex.^a... Vamos tentar avançar. Mas queria lembrar V.Ex.^a que temos um compromisso há mais de um ano com agente educacional I e II, e muitos desses dessa carreira extinta esperam de V.Ex.^a, de alguns Deputados, de mim, mas muito de V.Ex.^a também. Quero pedir que talvez seja o momento ideal para que possamos corrigir uma injustiça que ficou desde o período do recesso do final do ano até agora para tentarmos caminhar – na verdade do ano passado, um ano e meio, portanto. Então, muito obrigado, euuento e me somo com V.Ex.^a nessa articulação para poder ajudar.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Faço minha as suas palavras. E veja como é, é tão grande a máquina que temos ainda o pessoal da Mineropar, que são poucas pessoas, alguns ligados ao IAT, que não foram contemplados aqui também com essa questão da reestruturação. Então, é preciso que nós voltemos nossos olhos para isso; vamos fazer isso, Deputado, vamos visitar a Casa Civil nos próximos dias e vamos tentar construir algo que melhore nesse sentido. Esse é o meu compromisso, está bom? Quero aqui também dizer para vocês que queremos reconhecer aqui a nossa Bancada Federal, porque na última semana foram entregues em várias cidades do Paraná 62 retroescavadeiras que ajudam as diversas cidades do Paraná. E esse sistema é um sistema importante, foi a metade do Estado e metade dos Deputados Federais. Muito importante. E quero



também informar a vocês que hoje pela manhã tivemos um evento importante, o nosso Deputado Do Carmo, que assumiu há pouco tempo no lugar do Deputado Mauro Moraes – que fez um belíssimo trabalho na Secretaria de Emprego – e tivemos a liberação de R\$ 54 milhões para 218 agências do trabalhador – modernização, enfim, uma série de questões importantes que foram tratadas ali. O Governo também publicou nesta semana uma Resolução que regulamenta a transparência de R\$ 150 milhões para obras em municípios que atendam políticas de direitos da mulher e do idoso. Quero informar aos colegas Deputados também que a Secretaria de Estado da Saúde deverá publicar as resoluções dos recursos que serão direcionados para os municípios de toda ordem até a próxima sexta-feira. É isso, um abraço.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador inscrito: Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Uma boa tarde a todos e a todas. Venho aqui falar sobre uma preocupação que está alimentada a cada ano. Ontem o Secretário de Fazenda veio fazer prestação de contas aqui, e mais uma vez os dados orçamentários do Governo do Paraná, entre 2022 e 2024, revelam um cenário preocupante de descontrole orçamentário, de falta de transparência nas contas públicas e respeito ao texto integral aprovado aqui nesta Casa. Vejam só, senhores e senhoras, só em 2023 o orçamento inicial foi inflado em mais R\$ 19 bilhões – R\$ 19 bilhões – com créditos e remanejamentos, um aumento de 75% em relação ao orçamento original aprovado aqui. Em 2024, o mesmo se repete, com aumento de quase 61%, R\$ 15 bilhões a mais do que o previsto. Enquanto isso, os cancelamentos de recursos também cresceram, em 2024 mais de R\$ 11 bilhões foram cancelados no orçamento, isso representa 26% do orçamento. Esses números mostram que o orçamento aprovado aqui nesta Casa está sendo sistematicamente desmontado e remontado pelo Executivo ao longo



do ano sem o devido controle de fiscalização, é uma espécie de orçamento paralelo, sendo operado de forma total em significado de liberdade. Precisamos reagir, não podemos permitir que o Executivo continue manipulando os números a sua conveniência, burlando os limites legais e desmontando políticas públicas aprovadas aqui nesta Casa. Por que estou falando isso? Não é uma coisa que ocorre só neste Governo, mas nunca se modificou tanto o orçamento como neste Governo. Eu pedi para a nossa equipe fazer um estudo e eu vou ler alguns números aqui. Acrescimentos expressivos ao orçamento aprovado: em 2022, foram acrescidos 64% ao inicial; em 2023, 75%, R\$ 19,5 bilhões; em 2024, 61%, R\$ 12 bilhões a mais. Cancelamentos de recursos também cresceram: em 2022, 21,6 de cancelamento; em 2023, 21,7; em 2024, 25,7, R\$ 11 bilhões cancelados. O que é o resultado prático disso, gente? O orçamento aprovado aqui na Casa é alterado ano a ano, o planejamento votado perde efetividade, áreas essenciais podem ser prejudicadas por conta dos cancelamentos e remanejamentos. A fala do Secretário e de alguns membros aqui da Assembleia que defendem o Governo é que se mudou a metodologia. Mas essa desculpa da metodologia era utilizada pelo Secretário passado. Este Secretário também fala de mudança da metodologia. Mas o que na verdade acontece é que a falta nossa de ação está deixando que o Governo faça o orçamento da forma que ele quer, do jeito que ele quer e do movimento que ele quer. Um exemplo caro disso: para se cancelar os R\$ 11 bilhões, tinha por obrigação legal passar aqui nesta Casa, não se passou. As suplementações também não passam aqui na Casa. E a prática de subestimar receita acontece dia a dia, por isso esse desmonte todo. E a prática de aumentar a despesa também acontece. Estou muito preocupado, porque há uma falta de previsibilidade orçamentária. Há um risco muito grande de esvazramento do papel legislativo e há necessidade de mais transparência na justificativa das alterações, pelo menos respeito a esta Casa em enviar aqui as justificativas e alterações que têm que ser feitas. Eu quero fazer uma proposta. Não sou um Deputado só de fazer crítica, também sou um Deputado propositivo. Que esta Casa procure aqui



fortalecer os seus mecanismos de controle, temos que garantir que o orçamento seja aprovado e seja respeitado com compromisso à sociedade. Ampliar o diálogo entre o Legislativo e o Executivo sobre execução orçamentária. E aqui quero fazer fala em especial aos meus companheiros que estão na Comissão de Orçamento. O nosso problema se dá depois da aprovação do orçamento, acontece o que depois disso? A execução é modificada, e aí perdemos o controle das políticas públicas aqui colocadas. Hoje fizemos um debate na Assembleia num projeto do Deputado Alexandre Curi, que criava um programa de incentivo. Para não ser reprovado na CCJ, foi modificado e colocado como política de incentivo. E é justamente isso que está acontecendo aqui no orçamento: aprovamos a política aqui dentro do orçamento e, à hora de executar o programa, ele é transformado. Então, isso é uma crítica saudável, Deputado Hussein. Precisamos sentar, a Assembleia, a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Fazenda, e tirar uma linha sobre isso, porque estamos desconstruindo o que o povo debateu em Audiência Pública. Esta Assembleia roda o Paraná, faz Sessão itinerante, acolhe propostas, bota no orçamento, e ela não é executada, porque ela é modificada. Esta Casa aqui aprova emenda coletiva dos Deputados; elas são desconsideradas porque o orçamento é modificado para outros fins que não os votados aqui. Esta Casa aqui propõe emendas a temas importantes na área da saúde, da educação, da segurança pública, do meio ambiente, mas ontem ficou claro que o orçamento do Paraná foi modificado em 60% do seu original, o que significa que a nossa vontade não vale nada. E está em tempo de construirmos isso, está em tempo de discutirmos para que, no ano que vem, não tenhamos essa repetição aqui dentro. Fiz também um outro levantamento sobre as alterações orçamentárias do Poder Executivo de 2022 a 2024. O orçamento inicial em 2022 era de R\$ 32,8 bilhões; ele acabou sendo R\$ 46,9 bilhões; em 2023, ele era – só do Executivo – R\$ 36,6 bilhões, ele acabou em R\$ 56,2 bilhões; em 2024 era R\$ 43,7 bilhões, ele foi executado no final em R\$ 59 bilhões. Tivemos uma oscilação de mais de 25%! E tem áreas que deram oscilação de mudança em 75%, ou seja, estamos tendo



um exercício de uso do orçamento de um lado só. O orçamento do Judiciário não sofre modificação, porque é um poder autônomo; o orçamento dos Poderes independentes, outros, não sofre modificação, mas o aprovado aqui é totalmente modificado. Então é isso que temos que voltar a debater e corrigir. Deputado Evandro.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Arilson, quero cumprimentá-lo pela elegância e clareza das suas colocações. Vossa Excelência fala com razão. Isso não começou agora,...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Exatamente.

Deputado Evandro Araújo (PSD): ... é um período longo de desvalorização do papel do Legislativo, e vemos isso, infelizmente, recrudescer, piorar. Então, estamos falando de coisas diferentes. Ontem o Deputado Romanelli falou de algumas mudanças que, na verdade, não é o que V.Ex.^a está falando – na minha opinião, depois podemos até verificar com o Deputado Romanelli –, mas penso que a provocação feita por V.Ex.^a merece da Comissão de Orçamento – e tenho certeza de que o Deputado Romanelli também concorda com isso – uma reflexão e de repente um encontro dessas duas Secretarias para que possamos discutir. E quero só lembrar que, toda vez que vem para a Casa, a gente vem com uma proposta de 15% de alterar e remanejar e ainda abaixamos para 7%. O problema são as excepcionalizações,...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Exatamente.

Deputado Evandro Araújo (PSD): ... que são quase uma dúzia. Então, temos que chegar a um acordo para que o orçamento seja mais próximo da cara daquilo que o Legislativo aprova. Nesse sentido, fica aceito aqui o diálogo e construirmos isso juntos.



DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): É isso, Deputado Evandro. Se temos um orçamento de R\$ 43 bilhões, como é do ano passado, colocando R\$ 20 bilhões de crédito e cancelando R\$ 11 bilhões, modificamos R\$ 33 bilhões de R\$ 43 bilhões – 75% do orçamento foi modificado por manobras regimentais aqui da... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Então, Presidente, V.Ex.^a, Presidente Curi, tem que ter uma preocupação sobre isso, enquanto Presidente desta Casa, porque estamos falando da vontade dos Deputados, da autonomia e o papel de cada um aqui. Mais do que isso, não é da vontade individual, é da vontade coletiva. O orçamento é aprovado, na sua maioria, por todos os Deputados, aí ele é alterado por um ente só, que é o Governo do Estado do Paraná. Precisamos discutir isso, porque quando vemos dinheiro da saúde ser remanejado para outra área, pode ter uma não aprovação aqui desta Casa; quando vemos dinheiro da educação indo para propaganda, por exemplo, é uma contradição que não foi votada aqui nesta Casa e que precisa ter o crivo parlamentar. Por isso sugiro, o mais rápido, essa reunião.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano



(PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Doutor Antenor (PT), Doutor Leonidas (CDN), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Matheus Vermelho (UNIÃO), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Requião Filho, Ricardo Arruda (PL), Reichembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhrer (UNIÃO) **(49 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa:** Maria Victória (PP) (Art. 98, caput, do Regimento Interno) **(1 Parlamentar)** **Deputados ausentes sem justificativa:** Artagão Junior (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Renato Freitas (PT), Soldado Adriano José (PP) **(4 Parlamentares).]**

Projetos regularmente protocolados pelos Senhores Deputados.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 346/2025**, do Deputado Alexandre Amaro, que concede o título de utilidade pública à Confraria Cultural e Esportiva de Capoeira; **Autuado sob o n.º 347/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a responsabilidade civil objetiva dos proprietários ou detentores de animais que causem danos em decorrência de sua soltura indevida no espaço público e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 348/2025**, do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a aplicação de sanções



administrativas a quem utilizar boneca do tipo bebê reborn ou artifício similar para obter indevidamente benefícios destinados a crianças de colo ou usufruir ilegalmente de serviços públicos; **Autuado sob o n.º 349/2025**, do Deputado Fábio Oliveira, que altera a Lei n.º 8.014, de 14 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a preservação do solo agrícola e adota outras providências; **Autuado sob o n.º 350/2025**, do Deputado Gilson de Souza, que concede o título de utilidade pública à Associação Vinde Semear, com sede no município de Colombo; **Autuado sob o n.º 351/2025**, do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública ao Instituto da Pessoa com Diabetes – IPD, com sede no município de Curitiba; **Autuado sob o n.º 352/2025**, do Deputado Gugu Bueno, que altera a Lei n.º 22.246, de 12 de dezembro de 2024, que denomina Ernesto Rayzel Ramos o trecho da Rodovia BR-467, com entroncamento da PR-182, até a rotatória da Av. Egydio Geronymo Munaretto, no município de Tolado; **Autuado sob o n.º 353/2025**, da Deputada Marli Paulino, que institui o Dia do Biomédico no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná, a ser celebrado anualmente no dia 20 de novembro; **Autuado sob o n.º 354/2025**, da Deputada Marli Paulino, que inclui no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná a EXPOGOIO – Exposição Agropecuária, Comercial e Industrial de Goioerê; **Autuado sob o n.º 355/2025**, da Deputada Marli Paulino, que reconhece o Largo da Ordem, localizado no Centro Histórico de Curitiba, como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Paraná, em razão de sua relevância histórica, cultural, simbólica para a população curitibana e paranaense, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 356/2025**, da Deputada Marli Paulino, que inclui no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná, o Festival de Inverno do Centro Histórico de Curitiba, a ser realizado anualmente entre os meses de junho e julho, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 357/2025**, do Deputado Batatinha, que concede o título de Capital Estadual da Avicultura ao município de Palotina; **Autuado sob o n.º 358/2025**, do Deputado Arilson Chiorato, que concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Doutora Mariangela Hungria



da Cunha; **Autuado sob o n.º 359/2025**, da Deputada Marli Paulino, que institui a Política Estadual de Humanização do Luto Materno e Parental no âmbito do Estado do Paraná, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 360/2025**, dos Deputados Tercílio Turini, Alexandre Curi, Cloara Pinheiro, Mauro Moraes, Anibelli Neto, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Batatinha, Cobra Repórter, Moacyr Fadel, Hussein Bakri, Luiz Cláudio Romanelli, Delegado Tito Barichello e Gilberto Ribeiro, que concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Mariangela Hungria da Cunha; **Autuado sob o n.º 361/2025**, do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública ao Lions Clube Medianeira Parque Iguaçu, com sede no município de Medianeira; **Autuado sob o n.º 362/2025**, do Deputado Gilberto Ribeiro, que dispõe sobre a concessão do título de utilidade pública estadual à Associação Esportiva Operário Ferroviário Cajuru – AEOF; **Autuado sob o n.º 363/2025**, da Deputada Ana Júlia, que altera a Lei n.º 21.968/2024, que institui a Semana Estadual do Influenciador Digital, celebrada anualmente na última semana de novembro; **Autuado sob o n.º 364/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, que revoga dispositivo da Lei n.º 21.327, de 20 de dezembro de 2022, que institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 365/2025**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, que concede o título de utilidade pública à Associação Solidária aos Autistas do Sudoeste do Paraná – ASAS do Paraná, com sede no município de Chopinzinho; **Autuado sob o n.º 366/2025**, do Deputado Tercílio Turini, que institui o Mês Estadual de Conscientização sobre a Ataxia de Friedreich, a ser reconhecido anualmente no mês de maio, e o Dia Estadual de Conscientização sobre a Ataxia de Friedreich, a ser reconhecido anualmente no terceiro sábado de maio; **Autuado sob o n.º 367/2025**, das Deputadas Ana Júlia e Luciana Rafagnin, que obriga as instituições de ensino superior do Estado do Paraná a preverem no mínimo 20% de obras literárias de escritoras e escritores paranaenses em seus vestibulares.



DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor presidente, *pela ordem*, antes de começar a Ordem do Dia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Não estava no Plenário, estava no Plenarinho, participando de um evento do Parla, falando sobre, aliás, um tema interessante, que é decoro parlamentar ou decoro do Legislativo, na verdade, que é mais amplo do que o parlamentar, mas queria dizer o seguinte: o Deputado Arilson Chiorato, como Líder da Oposição, fez aqui mais um questionamento que está dentro da legitimidade do exercício pleno do mandato parlamentar e da atividade parlamentar, questionando a questão orçamentária do Estado. Pois bem, quero dizer o seguinte: como Presidente da Comissão de Orçamento, quero, Deputado Arilson e demais Sr.^{as} Deputadas e Deputados, Presidente, vamos convidar aqui tanto os representantes da Secretaria da Fazenda quanto do Planejamento para virem debater esse tema. Por quê? Porque nós, permitam-me só dizer, na Comissão de Orçamento, temos aprofundado esse debate. Creio que a transparência é um dos pressupostos que o nosso Parlamento tem que buscar. Então, vamos fazer uma Audiência da Comissão de Orçamento para debater esses questionamentos que o Deputado Arilson, como Líder da Oposição, faz, convidando não só os membros da Comissão de Orçamento, mas todos os membros desta Casa. Então, só vamos marcar a data que for oportuna para todos, vou consultar as duas Secretarias, Líder do Governo – nem conversei com V.Ex.^a, mas certamente transparência é o que queremos –, e vamos passar a limpo tudo isso. Na verdade, desculpe-me a *questão de ordem* longa, mas só para responder ao Deputado Arilson, obviamente respeitando os posicionamentos que ele tem.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos aos Itens da pauta.

Temos quatro Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 574/2024, de autoria do Deputado Do Carmo, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Gastão de Souza Mesquita.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 757/2024, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício nº 2.576/2024, que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Engenheiro Beltrão.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 50/2025, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, Deputado Batatinha, Deputado Delegado Jacovós, Deputado Tercílio Turini, Deputado Delegado Tito Barichello, Deputado Jairo Tamura, Deputado Luiz Claudio Romanelli, Deputado Gilberto Ribeiro, Deputado Ney Leprevost, Deputado Dr. Leônidas, Deputado Mauro Moraes, Deputado Luis Raimundo Corti, Deputada Mabel Canto, Deputado Marcelo Rangel, Deputado Bazana, Deputado Cobra Repórter, Deputada Marli Paulino, Deputado Goura, Deputada Maria Victoria, que institui o dia 13 de julho como o dia Música e Viola Caipira no âmbito do Estado do Paraná.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei nº 84/2025, de autoria da Deputada Ana Júlia, que concede o título de utilidade pública à Associação de Assistência aos Dependentes Químicos e suas Famílias – Instituto O Pai Me Adotou, com sede no município de Matinhos.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**



ITEM 5 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 104/2025, de autoria da Deputada Flávia Francischini, que institui a Política Estadual de Proteção e Combate contra o vírus Papilomavírus Humano - HPV no Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ com Substitutivo Geral, Comissão de Saúde Pública; e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Em discussão o substitutivo geral da CCJ.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): “Sim” ao substitutivo geral.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas que ainda não votaram, o voto é “sim”.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Queria convocar, enquanto os nossos queridos Deputados votam, os membros da Bancada Evangélica. Assim que terminar a Sessão, teremos uma reunião ali na sala Arnaldo Busato, para todos que fazem parte da Bancada Evangélica, por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura,**



Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Márcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Bührer (44 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Maria Victoria, Mauro Moraes, Nelson Justus, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 104/2025.

ITEM 6 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 260/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 33/2025, que altera a Lei n.º 18.877, de 27 de setembro de 2016, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal e o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1**, dos Deputados Arilson Chiorato, Ana Júlia, Professor Lemos, Goura, Requião Filho, Luciana Rafagnin, Gugu Bueno e Doutor Antenor.) **O Projeto recebeu Emendas e retorna à CCJ.**

ITEM 7 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 263/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 34/2025, que institui o Programa de Conformidade Fiscal Cooperativa do Estado do Paraná - Confia Paraná, e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1**, dos Deputados Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Delegado Tito Barichello, Hussein Bakri, Gilberto Ribeiro, Artagão Junior, Batatinha, Moacyr Fadel, Cobra Repórter, Cloara Pinheiro, Márcio Pacheco, Marli Paulino e Denian Couto; **Emenda de Plenário n.º 2**, dos Deputados Hussein Bakri, Luiz Fernando Guerra, Delegado Tito Barichello, Marcelo Rangel, Gilberto Ribeiro, Artagão Junior, Batatinha, Moacyr Fadel, Cobra Repórter, Cloara Pinheiro, Márcio Pacheco, Marli Paulino e Denian Couto; **Emenda de Plenário n.º**



3, dos Deputados Delegado Tito Barichello, Luiz Fernando Guerra, Hussein Bakri, Marcelo Rangel, Gilberto Ribeiro, Artagão Junior, Batatinha, Moacyr Fadel, Cobra Repórter, Cloara Pinheiro, Márcio Pacheco, Marli Paulino e Denian Couto; Emenda de Plenário n.º 4, dos Deputados Arilson Chiorato, Ana Júlia, Professor Lemos, Goura, Requião Filho, Luciana Rafagnin e Doutor Antenor; Emenda de Plenário n.º 5, dos Deputados Arilson Chiorato, Ana Júlia, Professor Lemos, Goura, Requião Filho, Luciana Rafagnin e Doutor Antenor; Emenda de Plenário n.º 6, dos Deputados Arilson Chiorato, Ana Júlia, Professor Lemos, Goura, Requião Filho, Luciana Rafagnin e Doutor Antenor.) **O Projeto recebeu Emendas e retorna à CCJ.**

ITEM 8 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 322/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 38/2025, em Regime de Urgência, que fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): “Sim”.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Marcelo Rangel.



DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Senhor Presidente, quero convidar os Sr.^s Parlamentares que, logo após a Sessão, teremos uma reunião da Comissão de Fiscalização com pelo menos dois Projetos extremamente importantes, que falam sobre execução de obras em rodovias e, também, a prorrogação dos planos diretores dos municípios do Estado do Paraná. Então, gostaria muito de contar com a presença dos Sr.^s Parlamentares na Comissão de Fiscalização, logo após a Sessão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (42 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Del. Jacobós, Del. Tito Barichello, Luiz Claudio Romanelli, Maria Victoria, Mauro Moraes, Nelson Justus, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (12 Deputados).]** Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 322/2025.**

ITEM 9 – 1.^º Turno do Projeto de Decreto Legislativo n.^º 6/2025, de autoria da Comissão Executiva, que homologa o Decreto do Poder Executivo n.^º 9.817, que altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativo à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. Parecer favorável da CCJ. Em



discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Esta Presidência agradece a presença do Vice-Prefeito de Telêmaco Borba, o Sr. Jefferson Abreu; e dos Vereadores de Marialva, a Sr.^a Graziela Scaliante, os Sr.^s Marcos Fragal e Valdemir Abilio de Brito, por solicitação do Deputado Evandro Araújo.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Cobra.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Também para registrar a presença do Prefeito Venicius, do Vice-Prefeito e o Presidente da Câmara Iá de São Jerônimo da Serra, cidade que tem como distrito Terra Nova. Um dos melhores cafés do mundo está lá em Terra Nova, viu, Sr. Presidente? Não sei se o senhor sabe.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Eu não sabia, mas o voto é “sim”.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, *pela ordem*. Ao tempo que S.Ex.^a cumprimenta o nosso Vice-Prefeito de Telêmaco, ex-companheiro de partido, quero saudar também os nossos dois vereadores, o Vereador Edson e o Vereador Correa, presentes aqui neste dia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson



Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (42 Deputados);
Não Votaram: Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Del. Jacovós, Fabio Oliveira, Luiz Claudio Romanelli, Maria Victoria, Mauro Moraes, Nelson Justus, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n.º 6/2025.**

Os Itens 10 e 12 faremos votação agrupada, por tratarem de matérias correlatas.

ITEM 10 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 44/2025, de autoria do Deputado Goura, que concede o título de utilidade pública à Associação Instituto de Inovação e Tecnologia Cidade Smart, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 12 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 108/2025, de autoria do Deputado Denian Couto, que concede título de utilidade pública à Associação do Grupo da Terceira Idade – AGTI, com sede no município de Santa Fé. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão os Projetos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “sim”.



DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Enquanto os Deputados votam, quero fazer um convite para todos os Parlamentares e para toda população do Paraná que está nos assistindo neste momento pela *TV Assembleia*, para a Audiência Pública geral da Frente Parlamentar de Medicina e Odontologia, que acontecerá nesta Casa, amanhã, quarta-feira, às 14 horas. Qualquer pessoa que trouxer demandas na área de saúde terá direito a três minutos de fala e daremos encaminhamento a essas demandas. Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, peço *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, enquanto estamos em votação, quero anunciar aqui uma excelente notícia para cultura do Estado do Paraná, que é a notícia de que 100% dos municípios do nosso Estado, os 399 municípios fizeram a adesão à Lei Aldir Blanc, a Lei que foi criada pelo Governo Federal para garantir recursos para a cultura e que está sendo muito importante para todos os trabalhadores e trabalhadoras da cultura de todo Brasil. Agradecer também à equipe de V.Ex.^a, Presidente, que ajudou a que chegássemos a esse número tão impressionante. Parabenizar o escritório do MinC e a Secretaria de



Cultura do Estado. Estão 100% dos municípios do Paraná aderidos à Lei Aldir Blanc.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Para confirmar o horário, que às vezes varia muito. É amanhã às 9 horas a sessão?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Às 9 horas.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Fechado, às 9 horas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Iniciamos a Sessão às 9 horas. Encerrada a votação: ***Votaram Sim:*** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Bührer (43 Deputados); ***Não Votaram:*** Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Luiz Claudio Romanelli, Maria Victoria, Mauro Moraes, Nelson Justus, Renato Freitas e Soldado Adriano José (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**



ITEM 11 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 58/2025, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que reconhece a Carne de Onça como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Cultura. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço voto “sim” ao meu Projeto da carne de onça.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Votamos “sim”, a Oposição, mas pensei que já tinha agrupado os três Itens: 10, 11 e 12.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Itens 10 e 12 são utilidade pública, Deputado Arilson; e o Item 11 reconhece a carne de onça como patrimônio cultural imaterial do Estado do Paraná.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Consulto o Líder Hussein Bakri se carne de onça e jabá é a mesma coisa.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não sei te responder de verdade.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Não tem nada a ver. Não é a mesma coisa não. Nada a ver!

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Responde para mim, Cobra, por favor.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Não tem nada a ver. Carne de onça é outra coisa, jabá é outra coisa.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Muito bem.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Está em processo de votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Tem que perguntar para o Greca a diferença.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): *Pela ordem*, Presidente. Jabá é o que eu vou fazer aqui agora. Quem quiser comer uma boa carne de onça em Curitiba, vá na Mercearia Fantinato. Isso é jabá, é fazer esse tipo de propaganda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Tem que dar o endereço, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Como não sabemos o endereço, o Hussein vai trazer na próxima Sessão.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Tem no *Google*, Presidente, é só digitar lá.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Tem no *Waze*. Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichenbach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (43**



Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Gugu Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Maria Victoria, Mauro Moraes, Nelson Justus, Renato Freitas, Requião Filho e Soldado Adriano José (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 58/2025.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1200/2025, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Diretor-Presidente do DER/PR, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, conforme específica; **Requerimento n.º 1201/2025**, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Diretor-Presidente da Agência Reguladora do Paraná - Agepar, Sr. Rubens Bueno conforme específica; **Requerimento n.º 1202/2025**, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Diretor-Presidente da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná - AMEP, Sr. Gilson de Jesus dos Santos, conforme específica; **Requerimento n.º 1203/2025**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente do DER/PR, requerendo respostas aos questionamentos referentes ao Contorno Leste de Arapongas; **Requerimento n.º 1218/2025**, do Deputado Requião Filho, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública – SESP, Sr. Hudson Leônicio Teixeira, e ao Sr. Coordenador do centro de Análise, Planejamento e Estatísticas - CAPE, Major Todisco, requerendo esclarecimentos, dados e demais informações estatísticas e relacionadas aos furtos e roubos de bicicletas, na cidade de Curitiba/PR e Estado do Paraná. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como expediente.**



Requerimento n.º 1216/2025, do Deputado Fábio Oliveira, solicitando informações à II.^{ma} Coordenadora Estadual de Proteção e defesa ao Consumidor - PROCON/PR, Sr.^a Cláudia Silvano, conforme especifica. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.^{os} 1159 e 1160/2025, do Deputado Luís Corti, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos nomes relacionados, pela contribuição na trajetória dos 60 anos da Companhia de Habitação Popular de Curitiba - COHAB-CT; **Requerimento n.º 1161/2025**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento de Rosemeire Dias, Vereadora de São José da Boa Vista; **Requerimento n.º 1162/2025**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Universidade Livre do meio Ambiente (UNILIVRE), pelos 33 anos de fundação e educação voltado ao Meio e ao Desenvolvimento Sustentável; **Requerimento n.º 1163/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de votos de louvor e congratulações para as Sr.^{as} Nena Inoue e Maia Piva e a reimpressão de 2 menções honrosas, requeridas em seus respectivos nomes, solicitadas por meio do Requerimento n.º 810/2025, para que haja a correção de grafia; **Requerimento n.º 1164/2025**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa à Sr.^a Mariangela Hungria, em reconhecimento à sua extraordinária contribuição à Agricultura Brasileira, que lhe conferiu, em 2025, o Prêmio Mundial da Alimentação (World Food Prize), considerado o “Nobel da Agricultura”; **Requerimento n.º 1165/2025**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa ao Hospital Pequeno Príncipe, pelo reconhecimento Internacional como um dos melhores Hospitais Pediátricos do Mundo, conforme Ranking da Revista Norte -



Americana Newsweek; **Requerimentos n.ºs 1166 e 1167/2025**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa: a Monsenhor Evandro Luis Braun, por ser pároco da Paróquia Santa Rita de Cássia, desde de janeiro de 2020; e à Festa das Nações, promovida pela Paróquia Santa Rita de Cássia; **Requerimento n.º 1168/2025**, da Deputada Cloara Pinheiro, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à pesquisadora da Embrapa, Dra. Mariangela Hungria, primeira mulher brasileira a receber o prêmio Mundial da Alimentação reconhecido como Nobel da Agricultura; **Requerimento n.º 1169/2025**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa à II.^{ma} Sr.^a Maria Aparecida André Pascueto, por ocasião da celebração de seus 80 anos de vida como reconhecimento à sua notável trajetória de dedicação ao voluntariado e à promoção da dignidade humana no município de Cambé e região; **Requerimentos n.ºs 1170 e 1178/2025**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de menção honrosa: aos Enfermeiros Socorristas e Médicos relacionados, que atuam no Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência - SIATE (Curitiba); e ao Doutor Misael de Araújo, nos mesmos moldes e justificativa constantes no Requerimento n.º 1170/2025; **Requerimento n.º 1171/2025**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de louvor aos policiais militares integrantes da Equipe Alfa da 2.^a Companhia do 5.^º Batalhão da Polícia Militar do Paraná - 2.^º CRPM, pela destacada atuação em operação realizada no dia 22 de maio de 2025; **Requerimentos n.ºs 1172, 1173, 1175 e 1176/2025**, do Deputado Denian Couto, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa em homenagem a: Sr. Marcos Lemes dos Santos, servidor municipal de Curitiba, pelo exemplo de dedicação aos municípios de Curitiba; Pastor Nivaldo Pereira Thé, por uma vida exemplar dedicada ao trabalho e ao seu ministério; Osvaldo Clemente da Rocha, empresário com uma vida exemplar prestando serviços a comunidade; e o Pastor Bartolomeu Carreiro de Souza, por uma vida exemplar dedicada ao trabalho e ao seu ministério;



Requerimento n.º 1174/2025, do Deputado Alisson Wandscheer, solicitando o registro e o envio de menção honrosa às pessoas, profissionais, entidades, associações e entes públicos com relevantes ações em prol das pessoas e famílias dentro do Transtorno do Espectro Autista, as quais serão homenageadas em sessão solene a ser realizada no dia 29 de maio de 2025; **Requerimentos n.ºs 1177, 1180 e 1182/2025**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa: à Ex.^{ma} Sr.^a Ananda Chalegre, pela assunção ao cargo de Diretora-Geral da Polícia Penal do Estado do Paraná; à destacada atleta Victória Barbosa, natural de Londrina, pela conquista do título geral da Copa do Mundo de Paraciclismo 2025 na classe C1; e ao atleta paralímpico Igor Alex Tofalini, natural de Cambé, pela conquista da medalha de ouro na Copa do Mundo de Paracanoagem de 2025, na categoria VL2, realizada em Poznan, Polônia; **Requerimento n.º 1179/2025**, dos Deputados Alexandre Curi e Cobra Repórter, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Ita Mosimann da Silva, mãe do comunicador Paulo Mosimann, ocorrido no dia 25 de maio de 2025, no município de Curitiba; **Requerimento n.º 1181/2025**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Elisabete Beck Cougo, ocorrido no dia 14 de maio, nesta capital; **Requerimento n.º 1195/2025**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente à Ex.^{ma} Vereadora Jussara Martins, Presidente Vereadora da Câmara Municipal de Rio Azul/PR, e ao Ex.^{mo} Vereador Edson Paulo Klemba, para manifestar sua ciência acerca da importância do Projeto de Lei n.º 110/2025; **Requerimento n.º 1196/2025**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente aos Ex.^{mos} Sr.^s Secretário de Estado da Segurança Pública, Delegado de Polícia Civil responsável pela Delegacia de Sarandi e ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, requerendo rigorosa apuração dos fatos noticiados acerca da entrega de um bebê de 1 ano e 2 meses como garantia de dívida relacionada ao tráfico de drogas, no município de Sarandi, bem como a adoção de medidas de proteção à



criança e seus familiares; **Requerimento n.º 1197/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de Moção de Apoio à tramitação e aprovação do Projeto de Lei n.º 3786/2021, que cria o Crime do Narcocídio: a morte de uma pessoa que é provocada pelo tráfico de drogas; **Requerimento n.º 1198/2025**, da Deputada Ana Júlia, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, requerendo providências sobre a Resolução n.º 3.659 de 19 de julho de 2024; **Requerimento n.º 1199/2025**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Ministro da Saúde e à Comissão Nacional da Incorporação de Tecnologias do Sistema Único de Saúde - CONBITEC, conforme específica; **Requerimento n.º 1205/2025**, do Deputado Tercílio Turini, com urgência estudos técnicos e rápida intervenção na PR-090, no trecho entre Ibirapuã e Sertanópolis; **Requerimento n.º 1204/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Concessionária EPR Litoral Pioneiro, Sr. Marcos de Oliveira Moreira, requerendo providências encaminhada pelo Prefeito do município de Matinhos, referente à necessidade urgente de autorização para a realização de obras de ligação da rede de água tratada na localidade conhecida como Portal das Praias; **Requerimento n.º 1206/2025**, do Deputado Gugu Bueno, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos Ex-Diretores-Presidentes relacionados, pela passagem dos 60 anos da COHAPAR; **Requerimento n.º 1207/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando envio de expediente para o Secretário de Segurança Pública do Paraná, Cel. Hudson Leônicio Teixeira, conforme específica; **Requerimento n.º 1208/2025**, do Deputado Bazana, solicitando o registro e o envio de moção de congratulações e aplausos aos Sr.^s relacionados em reconhecimento ao desempenho excepcional, comprometimento e dedicação dos policiais da 22.^a Subdivisão Policial de Arapongas; **Requerimento n.º 1209/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando envio de votos de congratulações para a Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP, pela passagem do “Dia da Indústria”; **Requerimento n.º**



1210/2025, do Deputado Cobra Repórter, solicitando a concessão de menção honrosa à empresa Transportadora Hammes Ltda, com unidade sediada no município de São José dos Pinhais, em reconhecimento à sua destacada contribuição para a segurança viária e para o fortalecimento da logística no Estado do Paraná; **Requerimento n.º 1211/2025**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, requerendo informações e providências sobre a qualidade do serviço prestado pela Copel Distribuição S.A, conforme específica; **Requerimento n.º 1212/2025**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Procurador Regional do Ministério Público do Trabalho do Estado do Paraná, requerendo informações das contratações terceirizadas da Copel Distribuição S.A, diante de indícios de precarização do trabalho, acidentes fatais e descumprimento da legislação trabalhista e da regulamentação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná; **Requerimentos n.ºs 1213 e 1214/2025**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: ao município de Nova Esperança, pela emancipação política; ao Sr. José Aparecido da Silva, pela sua atuação em favor da sociedade paranaense nos diversos campos do saber; **Requerimento n.º 1215/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações ao Instituto Democracia e Liberdade, pelos 10 anos de história na promoção de pesquisas, produção e divulgação de idéias, teorias e conceitos baseados na democracia representativa e pluralista; **Requerimento n.º 1217/2025**, do Deputado Fábio Oliveira, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Instituto Democracia e Liberdade – IDL, pelos 10 anos de fundação.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1183/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º



162/2020, de sua autoria; **Requerimento n.º 1187/2025**, do Deputado Batatinha, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 967/2023, de sua autoria; **Requerimento n.º 1191/2025**, dos Deputados Flávia Francischini e Delegado Tito Barichello, requerem a inclusão do Deputado Delegado Tito Barichello como coautor do Projeto de Lei n.º 423/2024, de autoria da Deputada Flávia Francischini; **Requerimento n.º 1192/2025**, dos Deputados Gilson de Souza e Cristina Silvestri, requerendo a inclusão da Deputada Cristina Silvestri como coautora ao Projeto de Lei n.º 126/2025.

Justificativas de ausências.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 1184/2025**, do Deputado Thiago Bührer, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 21 de maio de 2025; **Requerimento n.º 1186/2025**, do Deputado Moacyr Fadel, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 21 de maio de 2025; **Requerimento n.º 1188/2025**, do Deputado Evandro Araújo, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 21 de maio de 2025; **Requerimento n.º 1194/2025**, do Deputado Anibelli Neto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 7 de maio de 2025; **Requerimento n.º 1219/2025**, do Deputado Matheus Vermelho, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 12 de maio de 2025.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, III do Regimento Interno (em decorrência de audiência ou evento com o Ministro do Estado): **Requerimento n.º 1185/2025**, do Deputado Arilson Chiorato, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 21 de maio de 2025.



Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 1189/2025**, do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 21 de maio de 2025; **Requerimento n.º 1193/2025**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 21 de maio de 2025.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 1190/2025**, do Deputado Fábio Oliveira, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26 de maio de 2025.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra para amanhã, quarta-feira, às 9 horas, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 44/2025, 58/2025, 104/2025 e 108/2025; 2.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 125/2023 e 322/2025 e do Projeto de Decreto Legislativo n.º 6/2025; 1.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 540/2024 e 339/2025; e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 487/2024, 121/2025, 153/2025 e 173/2025.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h11, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)